



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

14/06/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Centrais sindicais realizam ato contra os juros altos em São Paulo

As centrais sindicais (Força Sindical, CUT, UGT, CTB, Nova Central) farão nesta terça-feira (14) protesto contra juros altos e aumento do custo de vida. O ato será em São Paulo defronte ao Banco Central, Av. Paulista, 1.804, das 10h00 às 12h00.

Durante o ato, os sindicalistas vão distribuir pipoca, com o argumento que o governo está “pipocando” em solucionar os problemas da economia: juros altos, desemprego, fome, carestia, inflação, preço da gasolina e do diesel.

Vale destacar que nos dias 14 e 15 de junho próximos o Copom (Comitê de Política Econômica), órgão ligado ao Banco Central, irá se reunir para decidir sobre aumento na taxa de juros (Taxa Selic). Hoje está em 12,75% a.a.

“É importante realizarmos atos em todas as regiões, visando alertar a sociedade sobre a perversa situação que o Brasil atravessa, principalmente os menos favorecidos economicamente”, diz o presidente da Força Sindical, Miguel Torres.

Segundo o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, o ato vai ressaltar a questão dos juros altos, que afetam o consumo, a produção e geração de novos postos de trabalho.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 14 de junho.

Itaú melhora prognóstico para PIB de 2022, mas sobe estimativas para IPCA e alerta sobre fiscal

Itaú Unibanco revisou para cima sua projeção para o crescimento econômico do Brasil em 2022, a 1,6%, mas piorou suas estimativas de inflação tanto para este ano quanto para o próximo e alertou sobre impactos negativos sobre a saúde fiscal do país de iniciativas de redução de impostos.

Em cenário anterior, o Itaú esperava crescimento de 1,0% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. A melhora na previsão foi justificada por uma "atividade econômica robusta no primeiro semestre", disse em relatório o banco, que espera, contudo, desaceleração a partir da segunda metade do ano, citando expectativa de "queda da renda disponível das famílias" e "evidências mais fortes do efeito contracionista da política monetária".

Para 2023, foi mantido prognóstico anterior de "modesto" crescimento econômico de 0,2%.

Já a previsão do Itaú para a alta do IPCA em 2022 subiu ligeiramente, a 8,7%, de 8,5% antes. "Do lado altista, a revisão reflete principalmente uma menor desinflação de preços livres no segundo semestre desse ano", afirmou a instituição, embora também tenha incorporado, do lado baixista, os efeitos de medidas de redução de impostos atualmente em discussão no Congresso.

Segundo o banco, o balanço de riscos para a inflação deste ano ainda é assimétrico para cima.

Saiba mais em: aovivo.folha.uol.com.br, terça-feira 14 de junho.

Dados de aposentados e servidores públicos são vendidos na deep web, diz empresa

A empresa de cibersegurança ISH Tecnologia diz ter encontrado dois bancos de dados de brasileiros sendo vendidos na internet.

Com base na publicação do usuário, a empresa afirma ainda que o outro pacote engloba dados do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) —a entidade, porém, nega que tenha ocorrido vazamento de seus dados.

"Não é verdadeira a informação da venda de dados pessoais provenientes do SPC", afirma o serviço em nota. "Foram realizadas as análises técnicas para apuração do caso, e o relatório conclusivo indica que os dados pessoais divulgados não possuem origem e correlação com a base de dados do SPC Brasil."

Os dados já saíram da dark web e estão na deep web —ou seja, um espaço de acesso mais fácil. Segundo o diretor de inovação da ISH Tecnologia, Leonardo Camata, é como se os dados estivessem emergindo para uma superfície mais navegável e exposta, como os sites que achamos em uma pesquisa no Google.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 14 de junho.

Energia responde por 31% do preço do pão e 26% do da cerveja;

Os custos com energia representam 31% do preço final do pão no Brasil, projeta estudo divulgado pela Abrace (Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres).

O impacto reflete os gastos com luz elétrica e gás natural ao longo da cadeia produtiva, além das despesas com outras fontes de energia, incluindo combustíveis como o óleo diesel.

A fatia também supera os 30% em outros alimentos simbólicos da mesa do brasileiro. No preço final do macarrão, por exemplo, o peso da energia chega a 38,4%, diz o levantamento.

O levantamento foi encomendado pela Abrace à Ex Ante Consultoria Econômica. As estimativas foram realizadas a partir de dados disponíveis até 2019, antes da pandemia.

Os pesos devem ter ficado ainda maiores devido à carestia da luz e dos combustíveis ao longo dos últimos meses, segundo Paulo Pedrosa, presidente da Abrace.

"A intenção do estudo é tentar reposicionar o debate sobre energia no Brasil. O debate hoje está muito centrado na cadeia produtiva e tem pouca participação dos consumidores", diz o dirigente.

O peso da energia sobre os preços finais reflete desde os gastos nos processos de produção dos alimentos, que exigem luz elétrica e gás, até o transporte das mercadorias, que demanda combustíveis.

O custo da energia também impacta os preços de carnes e laticínios. Segundo o estudo divulgado pela Abrace, a energia responde por 49,3% do valor final de pescados congelados ou processados, 43,3% de suínos e aves, 31,3% do leite, 26,2% de manteiga, queijo e iogurtes e 23,9% da carne bovina.

Há, ainda, o peso sobre bebidas diversas. A fatia da energia nos preços é de 26,4% no caso da cerveja, de 22,8% nas águas, de 15,3% no vinho, de 6,7% na cachaça e de 4,6% nos refrigerantes.

O levantamento da Abrace vai além da alimentação e também analisa itens como materiais escolares e bens duráveis.

De acordo com o estudo, a energia tem peso de 35,9% no preço final do caderno, de 24,5% no valor da borracha e de 14,8% no lápis.

No automóvel, a fatia é 14,1%. Já nos eletroeletrônicos, é estimada em 10,6%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 14 de junho.

Impacto do teto do ICMS na conta de luz vai variar

A fixação de um teto para o ICMS dos estados na conta de luz entre 17% e 18% foi a investida mais incisiva do governo e Congresso para mudar os custos tarifários de energia em ano eleitoral. A medida foi incluída no PL (Projeto de Lei) 18, aprovado nesta segunda (13) pelo Senado, e abrange também combustíveis, telecomunicações e transportes.

A necessidade desse teto já havido sido definida pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Em julgamento sobre o tema, a corte entendeu que o serviço de energia é essencial e precisa de uma alíquota máxima, baseada no valor padrão do tributo, sem determinar valores.

"O projeto vai converter em lei o que o Supremo já havia decidido, o que é um avanço", diz o advogado André Edelstein, especialista na área de energia.

Cada um dos 26 estados e o Distrito Federal tem um jeito próprio de fazer a cobrança, segundo levantamento da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica). Alguns têm três faixas de alíquotas por volume de consumo. Outros adotam uma única alíquota, mais elevada. Não existe padrão. Há isenções à baixa renda, mas essas faixas também variam.

Sendo assim, o efeito do teto estabelecido pelo Congresso vai ser muito diverso, avisam os especialistas do setor. Projeção da Aneel indica que a redução pode ser de 12% na média.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 14 de junho.